

STJ00118314

BRUNO FEIGELSON
BERNARDO SOUZA
THIAGO COSTA

curso de
DIREITO
Minerário

4ª edição
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYX, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Lívia Céspedes (coord.)
 Ana Carolina de Souza Gomes

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Rosana Peroni Fazolari
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kellii Priscila Pinto

Diagramação Fernanda Matajs
Revisão Amélia Ward
Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marii Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VASNER RODOLFO DA SILVA – CRB-4/0410

F297d Feigelson, Bruno

Curso de Direito Minerário / Bruno Feigelson,
Thiago Costa, Bernardo Souza. – 4. ed. – São
Paulo : SaraivaJur, 2023.

384 p.

ISBN: 978-65-5362-395-8 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Minerário. I. Costa, Thiago.
II. Souza, Bernardo. III. Título.

2023-1450

CDD 341.347
CDU 347.44**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito Minerário 341.347
 2. Direito Minerário 347.44

Data de fechamento da edição: 19-5-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

8176

CL

608629

CAE

635498

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
APRESENTAÇÃO.....	XXI
NOTA À 4ª EDIÇÃO.....	XXIII
NOTA À 3ª EDIÇÃO.....	XXV
NOTA À 2ª EDIÇÃO.....	XXVII

PRIMEIRA PARTE

TEORIA DO DIREITO MINERÁRIO	1
1 – COMPREENSÕES BÁSICAS.....	3
1.1. Natureza jurídica	3
1.2. Fonte do Direito.....	6
1.3. Direito alienígena	8
1.3.1. África do Sul	8
1.3.2. Austrália	10
1.3.3. Canadá	10
1.3.4. Chile	12
1.3.5. França	13
1.3.6. Peru	14
1.3.7. Colômbia	16

1.4. Histórico do Direito Minerário – Roma e Absolutismo	17
1.5. Histórico do Direito Minerário brasileiro	18
1.6. Aplicação da lei minerária no tempo e no espaço	25
2 – ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO MINERÁRIO.....	27
2.1. Introdução	27
2.2. Conceito da constitucionalização do Direito	27
2.3. A constitucionalização do Direito Civil	30
2.4. A constitucionalização do Direito Minerário.....	33
2.5. Resolução de antinomias	39
2.6. Conceito de antinomia.....	39
2.7. O critério do tudo ou nada e a ponderação	40
2.8. Meio ambiente versus mineração	45
2.8.1. Mineração e unidades de conservação	47
2.9. Mineração em territórios indígenas e quilombolas.....	49
2.9.1. Mineração em territórios indígenas	50
2.9.2. Mineração em territórios quilombolas	51
3 – PRINCÍPIOS DE DIREITO MINERÁRIO	55
3.1. Introdução	55
3.2. Princípios gerais	55
3.2.1. Legalidade	56
3.2.2. Impessoalidade.....	57
3.2.3. Moralidade.....	58
3.2.4. Publicidade	60
3.2.5. Eficiência.....	60
3.2.6. Supremacia do interesse público sobre o privado	62
3.2.7. Princípio da confiança legítima	66
3.2.8. Princípio do devido processo legal e do contraditório..	68

3.3. Princípios específicos.....	70
3.3.1. Função socioambiental da propriedade minerária	70
3.3.2. Dualidade imobiliária.....	73
3.3.2.1. Solo e subsolo.....	74
3.3.2.2. Jazida e mina.....	75
3.3.3. Propriedade privada dos produtos derivados da mineração	78
3.3.4. Princípio da <i>Lex Mercatoria</i>	78
3.3.5. Princípio da prioridade	80
4 – AMBIENTE REGULATÓRIO.....	85
4.1. Conceito de regulação	85
4.1.1. Especificidades das agências reguladoras independentes	88
5 – ÓRGÃOS E AUTARQUIAS MINERÁRIAS.....	91
5.1. Ministério de Minas e Energia	91
5.2. DNPM E ANM.....	93
5.2.1. Competência e órgãos do extinto DNPM.....	94
5.2.2. Principais aspectos da ANM.....	96
5.2.2.1. Competência	96
5.2.2.2. Estrutura organizacional, funcionamento e receitas da ANM.....	105
5.2.2.3. Participação do setor e análise de impacto regulatório.....	108
SEGUNDA PARTE	
AQUISIÇÃO PRIMÁRIA.....	111
6 – CONCEPÇÕES PRELIMINARES SOBRE AQUISIÇÃO PRIMÁRIA.....	113
6.1. O direito de prioridade.....	113

6.1.1. Efeitos da prioridade	114
6.1.1.1. Patrimonial	114
6.1.1.2. Obrigacional	115
6.1.1.3. Isonômico	115
6.2. Área livre e área em disponibilidade	116
6.3. Procedimento de disponibilidade	118
6.4. Bloqueio minerário	121
7 – REGIME DE AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO – AUTORIZAÇÃO	129
7.1. Definição de autorização de pesquisa	129
7.2. Condições para a concessão da autorização de pesquisa	130
7.2.1. Assentimento dos órgãos ambientais em áreas especialmente protegidas	130
7.3. Obtenção de autorização de pesquisa	132
7.4. Indeferimento do requerimento de pesquisa	136
7.5. Prazos dos alvarás de pesquisa	140
7.6. Retificação do alvará de pesquisa	141
7.7. Principais obrigações do titular da autorização de pesquisa..	142
7.7.1. Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral – DIPEM	143
7.8. Ação de avaliação e renda	144
7.9. Pagamentos da autorização de pesquisa	145
7.10. Relatório final de pesquisa (RFP)	145
7.11. Renúncia do alvará de pesquisa	147
7.12. Despachos após a pesquisa	148
7.12.1. Sobrestamento	149
7.12.2. Adiamento da entrega do relatório de pesquisa	149
7.13. Plano de aproveitamento econômico (PAE)	150
7.14. Guia de utilização	152
7.14.1. Prazo de validade da guia de utilização	156

7.15. Descoberta de substância mineral diversa	157
7.15.1. Ausência de comunicação	158
7.16. Minerais radioativos	159
7.17. Faixa de fronteira.....	160
8 – REGIME DE AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO – CONCESSÃO.....	165
8.1. Definição da portaria de lavra	165
8.2. Prazo para a concessão de lavra.....	166
8.3. Requerimento de lavra.....	166
8.4. Condições para outorga da concessão de lavra.....	168
8.5. Recusa da outorga da concessão de lavra	169
8.6. Imissão de posse na concessão de lavra.....	171
8.7. Obrigações do concessionário da lavra	172
8.7.1. Relatório anual de lavra (RAL).....	173
8.7.1.1. Multa relacionada com o RAL.....	174
8.8. Interrupção, suspensão e renúncia na concessão de lavra	175
8.9. Grupamento mineiro.....	176
9 – REGIME DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA	179
9.1. Definição	179
9.2. Característica da permissão de lavra garimpeira.....	181
9.3. Minerais garimpáveis.....	181
9.4. Estatuto do garimpeiro	182
9.5. Direitos do garimpeiro	182
9.6. Deveres do garimpeiro.....	183
9.7. Entidades de garimpeiros.....	184
9.8. Contrato de parceria	184
9.9. Obrigações do permissionário de lavra garimpeira	185
9.10. Desistência.....	186

10 – REGIME DE REGISTRO DE EXTRAÇÃO.....	187
10.1. Definição	187
11 – REGIME DE LICENCIAMENTO.....	189
11.1. Definição	189
11.2. Do requerimento do registro de licença	190
11.3. Licença municipal.....	191
11.4. Licença ambiental.....	191
11.5. Indeferimento do requerimento de registro de licença.....	192
11.6. Desistência do pedido de registro de licença	194
11.7. Título de licenciamento	194
11.8. Redução da área e englobamento de áreas	195
11.9. Da lavra.....	195
11.10. Da prorrogação do registro de licença	196
11.10.1. Indeferimento do pedido de prorrogação	197
11.11. Da extinção do registro de licença	197
11.12. Comunicação de nova substância.....	198
11.13. Obrigações do licenciado	199
11.14. Cancelamento do registro de licença	199
12 – MANIFESTO DE MINA	201
TERCEIRA PARTE	
SUBSTÂNCIAS ESPECIAIS	203
13 – ÁGUA MINERAL	205
13.1. Definição	205
13.2. Água mineral, água potável e de mesa e água oligomineral...	205

13.2.1. Conceito de águas minerais	206
13.2.2. Conceito de águas potáveis de mesa	206
13.3. Código de Mineração.....	207
13.4. Código de Águas.....	208
13.5. Regime de exploração das águas	209
13.6. Estâncias que exploram águas minerais e organizações que exploram águas potáveis de mesa	210
13.7. Comércio de água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários.....	210
13.8. Rótulo.....	211
13.9. Infrações contra o consumidor de água.....	212
13.10. Classificação das águas e das fontes	213
13.11. Tributação	214
13.12. Competências do órgão técnico especializado do DNPM...	215
13.13. Proteção das fontes	215
13.14. Comissão permanente de crenologia	217
13.15. Princípio da prioridade	219
13.16. Controle e fiscalização sanitária das águas minerais.....	221
13.17. Preparo de bebidas	223
13.18. Importação e comercialização de água mineral	223
13.19. Garrafão.....	225
13.20. Processo administrativo de exploração das águas.....	225
13.21. Estudos <i>in loco</i>	227
14 – DEPÓSITO FOSSILÍFERO.....	229
14.1. Definição	229
15 – CARVÃO MINERAL.....	233
15.1. Definição	233

16 – OURO	235
16.1. Ativo financeiro	235
16.1.1. Tributação dos ativos financeiros	235
17 – ASBESTO/AMIANTO	239
17.1. Definição	239
17.2. Projetos de proibição do amianto	239
18 – DIAMANTE BRUTO	241
18.1. Histórico do Processo Kimberley	241
18.2. Definição	242
18.3. Sanções	244
18.4. Procedimentos do Processo Kimberley	245
QUARTA PARTE	
PROCESSO MINERÁRIO	247
19 – PROCESSO JUDICIAL	249
19.1. Servidão minerária	249
19.1.1. Tutela antecipada na servidão minerária	256
19.1.2. Mineroduto	257
19.1.2.1. Minerodutos versus ferrovias	258
19.1.3. Linha de transmissão	259
19.1.4. Desapropriação minerária	260
19.2. Avaliação e renda	262
19.2.1. Natureza do instituto	263
19.2.2. Substituição processual	265
19.2.3. Fases da ação de avaliação e renda	267

19.2.4. Valores da renda e da indenização	269
20 – PROCESSO ADMINISTRATIVO	271
20.1. Prazos administrativos	271
20.2. Processo administrativo minerário – sigilo.....	271
20.3. Memorial descritivo e planta de situação.....	273
20.4. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)	274
20.5. Lei de processos administrativos.....	275
20.6. Dos direitos dos administrados.....	276
20.7. Dos deveres do administrado.....	277
20.8. Dos impedimentos e da suspeição	277
20.9. Do recurso administrativo e da revisão	278
21 – SANÇÕES E PENALIDADES.....	281
21.1. Criminal	281
21.2. Responsabilidade civil no Direito Minerário.....	282
21.3. Administrativa.....	283
21.3.1. Instrumentos normativos	284
21.3.2. Anulabilidade e nulidades.....	285
21.3.3. Sanções e nulidade do Código de Mineração	287
21.3.4. A caducidade no Direito Minerário.....	287
QUINTA PARTE	
AQUISIÇÃO SECUNDÁRIA	291
22 – AQUISIÇÃO SECUNDÁRIA	293
22.1. Contratos de Direito Minerário.....	293
22.2. Da cessão e transferência do Direito Minerário.....	295
22.2.1. Da cessão parcial	296

22.2.2. Da cessão e transferência dos requerimentos	296
22.3. A natureza da anuência prévia da ANM.....	299
22.4. Arrendamento.....	301
22.4.1. Indeferimento	302
22.4.2. Prazo do arrendamento	303
22.4.3. Obrigações decorrentes do arrendamento	303
22.5. Garantia em financiamento da atividade minerária.....	304
22.5.1. Garantias do financiador	306
22.5.2. Execução dos direitos minerários	306
22.5.3. Baixa da garantia	307
22.5.4. Lei n. 14.514, de 2022 – uma nova perspectiva	307
22.6. Transferência de direitos minerários em face de incorporação, fusão, cisão, falência e sucessão <i>causa mortis</i>	307
22.7. Consórcio de mineração	309
22.8. A boa-fé e a função social nos contratos minerários	309
22.8.1. Os contornos da boa-fé objetiva.....	310

SEXTA PARTE

COBRANÇAS DO DIREITO MINERÁRIO	313
---	------------

23 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM)	315
23.1. Definição	315
23.2. Natureza jurídica	316
23.3. Fato Gerador, Base de cálculo e Alíquotas.....	318
23.4. Distribuição e destinação da CFEM	322
24 – TAXA ANUAL POR HECTARE (TAH)	325
24.1. Definição	325

24.2. Natureza jurídica	326
24.3. Inadimplemento	326
25 – TAXA DE CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, LAVRA, EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERÁRIOS (TFRM).....	329
25.1. Definição	329
25.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4785	330
26 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA LAVRA.....	337
26.1. Definição	337
27 – RENDA	343
27.1. Definição	343
SÉTIMA PARTE	
BARRAGENS DE MINERAÇÃO.....	ON-LINE
REFERÊNCIAS.....	349